

AS MOTIVAÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A NEGOCIAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

Bruna Gorgen Zeca*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as motivações que levaram o Brasil a mobilizar os países vizinhos para firmar o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978. Inserido no contexto da ascensão do debate ambiental em âmbito internacional e dos projetos da ditadura para a ocupação da Amazônia, o Tratado não é somente reativo às novas questões internacionais, mas concatena diversas demandas domésticas e regionais que motivaram sua formulação. Será visto que entre tais demandas estão questões comerciais, de complementação energética, de melhora da imagem do Brasil, de resolução de problemas comuns, entre outras.

Palavras-chave: Tratado de Cooperação Amazônica; Política Externa Brasileira; Motivações.

ABSTRACT

This article aims to analyze the motivations that led Brazil to mobilize neighboring countries to sign the Amazon Cooperation Treaty (TCA) in 1978. Inserted in the context of the rise of the international environmental debate and of the dictatorship's projects for the occupation of the Amazon, the Treaty is not only reactive to new international issues, but concatenates several domestic and regional demands that motivated its formulation. It will be seen that among these demands there are commercial issues, energy complementation, improvement of Brazil's image, security, and resolution of common problems, among others.

Keywords: Amazon Cooperation Treaty; Brazilian Foreign Policy; Motivations.

* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Realiza pesquisa nas áreas de Política Externa Brasileira, História das Relações Internacionais, Geopolítica e Meio Ambiente. E-mail: brunagorgen@hotmail.com

Introdução

Em março de 1977, o Brasil procurou sondar todas as nações amazônicas lançando a ideia da negociação de um pacto entre os Estados da região que concebesse a cooperação existente e estimulasse novas áreas de ação conjunta. A partir da sinalização positiva dos países vizinhos, as negociações para firmar o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) se deram em tempo recorde para a formulação de um Tratado com considerável número de países e de uma região com temas tão sensíveis como é a Amazônia.

Já no ano seguinte, portanto, assinava-se, em Brasília, o TCA, formado por um arcabouço de 28 artigos que versavam, entre outros pontos: sobre a soberania de cada Estado na utilização e preservação dos recursos naturais de suas áreas amazônicas; sobre o equilíbrio e a harmonia entre o desenvolvimento e a proteção ecológica; sobre a competência exclusiva dos países da região no desenvolvimento e proteção da Amazônia; sobre a absoluta igualdade entre todos os signatários do Tratado; e sobre a cooperação regional como melhor forma de facilitar os objetivos de desenvolvimento e proteção da Amazônia.

Nesse contexto do TCA e seu posterior Protocolo de Emenda, que criou a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em 1998, muitas pesquisas se dedicaram a analisar a cooperação regional e seus desdobramentos, mas sem adentrar mais profundamente nas motivações que fizeram o Brasil mobilizar o consenso de dois terços dos Estados sul-americanos para firmar tal cooperação. Desta forma, o objetivo deste artigo é analisar os impulsos para que a política exterior do Brasil movesse esforços para negociar o Tratado de Cooperação com os países amazônicos em um momento em que a ocupação da região consistia em uma das principais políticas da ditadura e era fortemente incentivada e financiada federalmente. A pesquisa se fundamenta principalmente em análise documental, amparada por revisão bibliográfica a fim de oferecer subsídios para a análise conjuntural. Ao final, será visto que as motivações poderão ser divididas entre “formais” ou “oficiais” e “informais” ou “não oficiais” e que ambas abrangeram o conjunto de estímulos que resultou na iniciativa.

A Política Externa Brasileira (PEB) para a Amazonianos anos 1970 e as motivações para firmar o TCA

Dada a atuação do Brasil durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (ou “Conferência de Estocolmo”), em 1972, quando o meio ambiente entrou oficialmente na pauta das relações internacionais, e em seu processo preparatório desde 1970, e percebido a posição cética e relutante com que o Brasil recebeu as questões ambientais na esfera internacional, poder-se-ia perguntar por que, após apenas seis anos, a diplomacia brasileira mobilizaria os Estados amazônicos para firmar um tratado em que desde o preâmbulo se considerava que “para lograr um desenvolvimento integral dos respectivos territórios da Amazônia é necessário manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente” (TCA, 1978: 1).

Considera-se que um bom início para compreender essa mudança em face ao tema do meio ambiente, quando comparada ao momento anterior, é analisando as motivações do intento em consolidar o Tratado. Um primeiro aspecto que merece ser levantado é o conjunto de relações com os vizinhos do Cone Sul. No âmbito de tais relações, a contenda com a Argentina em torno da construção de Itaipu e da consulta prévia levou à tentativa de resolução, em 1972, que ficou conhecida como “Acordo de Nova York”, que contemplava todas as aspirações brasileiras. Tal entendimento, no entanto, não durou muito tempo, e a Argentina denunciou o Acordo em 1973, no mesmo ano em que o Brasil e o Paraguai firmaram o Tratado de Itaipu. Além da denúncia, a Argentina lançava os projetos de Corpus, Yacyretá e Salto Grande através de negociações diretas com o Paraguai e o Uruguai (CANDEAS, 2005: 23).

O Acordo de Corpus (1973) com o Paraguai, pouco tempo depois da assinatura do Tratado de Itaipu, previa a construção de uma represa a poucos quilômetros da represa de Itaipu, por isso o principal litígio entre Brasil e Argentina estava centrado principalmente na compatibilização da altura da barragem e do número de turbinas, o que viria a ser acordado somente em 1979, no Governo Figueiredo, através do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus (PEREIRA, 2010: 97-98). O Paraguai, teoricamente sócio de ambos os projetos, tendia a apoiar o projeto já em construção, a usina de Itaipu, já que a ideia argentina poderia nunca deixar de sair do

papel, enquanto o Governo brasileiro se esforçava para acelerar as obras¹ a fim de anular a tese de consulta prévia (a qual era defendida pela Argentina e supunha que toda obra em rios internacionais de curso sucessivo realizadas por países a montante do rio fossem previamente consultadas por Estados a jusante) (VISENTINI, 2004: 229).

A Argentina, por sua vez, consideravelmente influenciada por uma percepção geopolítica, via a construção de Itaipu como uma ação do Brasil destinada a romper o equilíbrio de poder na Bacia do Prata. Por trás de discussões aparentemente técnico-jurídicas, pois, desenrolava-se uma complexa disputa pelo poder na região (como já preconizava o militar Mario Travassos desde os anos 1930), sendo os anos 1970 o período que teria representado a quebra do equilíbrio de poder no Cone Sul e consolidado a preponderância do Brasil na América do Sul. Nesse contexto, o vigor diplomático brasileiro, a associação do crescimento econômico à segurança nacional e a aspiração a um “Brasil Potência” causavam, por outro lado, incertezas e desconfianças nos países da região em relação às pretensões brasileiras.

Em meio à oscilação entre o avanço das tratativas com a Argentina e momentos críticos, de ameaças de um lado e do outro, e à passagem de todas as nações do Cone Sul da democracia à ditadura militar (afora o Paraguai, que já se encontrava atravancado na longa ditadura de Alfredo Stroessner) na fase em que o Brasil iniciava seu discurso de distensão e se preparava para transitar em sentido oposto, tornava-se cada vez mais problemático para o regime ser visto e associado às ditaduras sulinas. Com o progressivo estreitamento do espaço para iniciativas comuns e para o diálogo no Cone Sul, e a desconfiança dos países andinos em relação ao Brasil, gerada por um desconhecimento mútuo que alimentava uma atitude de prevenção ou distanciamento, despertava-se o receio de que o Brasil, único país lusófono do subcontinente, pudesse ficar isolado regionalmente (OLIVEIRA, 2005: 162-163).

Frente a esse cenário, tinha a diplomacia brasileira de voltar-se para a parte setentrional da América do Sul, pois era fundamental se aproximar dos países amazônicos (já reunidos em um bloco regional, o Pacto Andino) e mitigar ao máximo a imagem de “vizinho

¹ Em 1978 já ocorria uma das fases mais marcantes das obras da Usina, o desvio do Rio Paraná. Para isso, cerca de 60 toneladas de explosivos foram utilizadas com o intuito de mudar o curso de um dos rios mais importantes do Brasil.

imperialista” (NUNES, 2015: 164). Além da aproximação estratégica e da necessidade de mitigar a imagem de país com pretensões hegemônicas, entre os Estados andinos, a maioria não havia acompanhado a tendência dos golpes militares, com exceção do Peru, que encaminhava sua própria abertura. A maioria dos Estados do norte da América do Sul não ter acompanhado a tendência de golpes configurava mais um motivo para se aproximar dos Estados amazônicos, já que o Governo desenvolvia sua retórica de transição “lenta, gradual e segura” e se não percebia como algo benéfico ser associado às ditaduras do Cone Sul.

Convergindo com a busca pela porção setentrional da América do Sul estava a determinação de Geisel, desde o início, de tomar a América Latina como uma das prioridades da política externa. Durante a sessão solene de instalação do Centro de Documentação sobre a América Latina (CEDAL), em 1975, Azeredo da Silveira abordava essa aproximação:

Como os Senhores sabem, desde os primeiros momentos do seu Governo, o Presidente Ernesto Geisel destacou a importância especial da América Latina como cenário para a política externa do País. [...] Poder-se-ia pensar que essa atenção prioritária para a problemática das relações com a América Latina seria uma consequência natural de nossa própria posição geográfica no Continente. E, de fato, nunca o Brasil se perdeu da perspectiva hemisférica que lhe é fundamental. O que o Presidente Geisel salientou, porém, foi a necessidade da reavaliação de nossa política externa, à luz do progresso nacional realizado e das mudanças ocorridas em países do Hemisfério, e em outros quadrantes do mundo, que resultavam num novo sistema de poder relativo no Continente e numa nova posição da América Latina no cenário mundial. [...] Como o Brasil, outros países latino-americanos passaram por transformações que aumentaram substancialmente seus interesses regionais e sua capacidade de atuação externa. Por outro lado, o cenário mundial sofreu importantes modificações no curso dos últimos anos, com inevitáveis repercussões sobre o relacionamento dos países do Continente com o resto do mundo e entre eles próprios. A emergência de novos focos de poder econômico no plano mundial, de que participam países menos desenvolvidos, inclusive nações latino-americanas, tem levado a uma redefinição das relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que afeta, também, a evolução das relações intracontinentais nas Américas. [...] Em suas relações globais com a América Latina, o Brasil é movido por algumas preocupações fundamentais ligadas ao seu desenvolvimento e à sua segurança.

Uma delas - comum, aliás, à maioria dos países americanos - é a de que, na medida do possível, não se altere o status quo territorial (SILVEIRA, 1975: 7-8).

A proximidade com a América Latina era necessária por diversas razões. Em um período que se defrontava com a brusca redução global das importações, os países latino-americanos em crescimento pareciam ser uma nova porta de entrada para produtos brasileiros, assim como uma fonte alternativa para fornecer o suprimento de matérias-primas e garantir a continuidade do desenvolvimento e da segurança nacionais, objetivo basilar do Governo, nos anos após o choque do petróleo. Nesse âmbito, eram especialmente os países amazônicos que podiam oferecer o que era de interesse brasileiro.

O Equador e a Venezuela eram ricos em petróleo, e esta, como grande fornecedora que era, fazia parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e aspirava a uma posição de maior proeminência no cenário global, dado o importante posto que representava nos anos do choque petrolífero e o avanço que denotava seu sistema formado por uma democracia de partidos modernos. Em certas passagens do pronunciamento do Chanceler, pode-se apreender que é à Venezuela que se faz referência. Quanto ao Equador, além da descoberta do petróleo na porção da Bacia Amazônica de seu território, esse país ainda era relevante ao Brasil por desenvolverem um antigo projeto de ligação do sistema amazônico ao Pacífico, cujo nome era “Via Interoceânica”, que pretendia ligar Manaus ao porto equatoriano de San Lorenzo (RICUPERO, 1978: 194).

Com a Bolívia, único país sul-americano que participa, ao mesmo tempo, dos três grandes sistemas continentais (os Andes, a Amazônia e o Prata), o Brasil já havia celebrado, no final do Governo Médici (1973), a Ata de Cooperação, que previa a compra do gás natural boliviano e a complementação industrial. Foram formulados dois projetos que se destacam: a criação de polos industriais dos dois lados da fronteira, na região de Corumbá, com usina de fabricação de asfalto e siderúrgica, e a construção de um gasoduto até São Paulo (que teve sua construção iniciada somente muitos anos depois) (VISENTINI, 2004: 153 e 158). No Governo Geisel, a Bolívia continuou a ser importante para o Brasil. Em 1974, foi assinado um acordo de cooperação e complementação industrial e um acordo de cooperação econômica, que envolvia um aumento significativo do crédito brasileiro para a Bolívia. Entre os

compromissos, também se destaca a construção, pelo Brasil, de diversas obras na fronteira amazônica, em contrapartida pela desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Sobre a Bolívia, na série de depoimentos concedidos entre os anos de 1979 e 1982, Azeredo da Silveira avaliava:

A Bolívia não tem a menor possibilidade de exportar petróleo, e daqui a pouco estará importando, mas tem reservas enormes de gás, que é queimado. Fiquei contente com a assinatura do acordo, embora ainda não tenha um resultado concreto porque melhorou muito a situação econômica da Bolívia. A Bolívia tinha uma dependência total da Argentina. Tinha-se criado aquele gasoduto e eles continuavam a vender, em 1974, a US\$ 0,22 o metro cúbico quando o preço já estava a US\$ 0,90 e US\$ 0,96. Só o fato de o Brasil dizer que compraria a preços internacionais permitiu o reajuste do preço da Bolívia com a Argentina (SILVEIRA, [1979-1982] citado por SPEKTOR, 2010: 289).

A Bolívia, portanto, além de oferecer uma fonte de energia alternativa (o gás natural), era fundamental para não ceder terreno à Argentina, novamente conforme tencionava Mario Travassos (1938), retirando a “servidão do planalto boliviano” da dependência argentina e trazendo a Bolívia para a esfera de influência do Norte e Sudeste brasileiros a partir de acordos de cooperação e compra de gás.

Com relação à Colômbia, o país era parceiro do Brasil na iniciativa de complementação econômica que tratava da prospecção de carvão em solo colombiano, o que poderia permitir à Colômbia pôr em exploração suas jazidas carboníferas e oferecer ao Brasil uma maior diversificação nas suas fontes supridoras de carvão siderúrgico através do comércio compensado de carvão (VISENTINI, 2004: 231). Segundo Azeredo da Silveira ([1979-1982] citado por SPEKTOR, 2010: 288), a Colômbia só poderia vender esse carvão ao Brasil, pois não haveria outro país na vizinhança com a capacidade de consumo de carvão que o Brasil tinha.

Com o Peru, o que o Brasil tinha de maior potencial e já concretizado era o acordo sobre fornecimento de produtos a médio prazo, o qual previa a importação de zinco e cobre e a exportação de milho e soja. Para o Governo brasileiro, o Peru era governado por um regime “suspeito” desde 1968, mas as relações melhorariam a partir de 1975, com a ascensão de Morales Bermúdez, que teria mantido a mesma linha de política externa, porém com caráter mais retórico e menos efetivo (VISENTINI, 2004: 231). O Peru migrava do regime militar nacional-reformista de Velasco Alvarado ao de

transição moderada de Morales Bermúdez. Paulo Henrique Faria Nunes (2015: 165) afirma que a mudança para Morales Bermúdez tornou mais fácil o diálogo entre o Peru e o Brasil, os dois países detentores das maiores porções da Amazônia, e que, portanto:

Ainda em 1975 foram firmados acordos bilaterais sobre zonas fronteiriças, cooperação técnico-científica e um Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos. Em novembro de 1976, Geisel e Bermúdez se encontraram e assinaram vários tratados, alguns deles relacionados à Hileia: Acordo para a Constituição de uma Subcomissão Mista Brasileiro-Peruana para a Amazônia, Acordo para Utilização de Estações Costeiras e de Navios na Região Amazônica, Acordo para a Constituição de um Grupo Técnico Destinado a Estudar o Estabelecimento de um Sistema de Auxílio à Navegação no Rio Amazonas. Também, nesse momento, Geisel e Bermúdez deram o pontapé para a criação de um depósito franco-peruano em um porto da Amazônia brasileira. No âmbito multilateral, menciona-se o Comitê Intergovernamental para a Proteção e o Manejo da Flora e da Fauna Amazônicas, criado por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela em 1975 (NUNES, 2015: 165).

Por fim, as relações com a República da Guiana e com o Suriname eram mais incipientes, pois eram os Estados de mais recente descolonização, 1966 e 1975, respectivamente, mas interessava ao Brasil manter relações de crescente cooperação. Nota-se, assim, que o cenário era propício para a discussão de temas relativos à Hileia. Acrescenta-se a isso as ideias ou projetos de internacionalização da Amazônia ao longo da história, sendo o último deles bastante recente às negociações do Tratado de Cooperação Amazônica: a proposta dos Grandes Lagos, elaborada pelo Hudson Institute, em 1967. Em meio às diversas ideias e ameaças de internacionalização da Amazônia ao longo do tempo², a possibilidade de fixar as noções de soberania e de não-interferência com os países da região, por meio de um Tratado, era quase que uma necessidade para o conjunto de diretrizes desenvolvimentistas e geopolíticas do regime militar.

À época das negociações do Tratado, em 1977, o Poder

² Entre as idealizações de internacionalização da região, podem ser destacadas quatro tipos de propostas principais: as de transferência de escravos dos Estados Unidos para o norte do Brasil, que datam do século XIX, a do Bolivian Syndicate, a do projeto Grandes Lagos do Hudson Institute e a do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA) (NUNES, 2015: 169).

Executivo procurou esclarecer o Poder Legislativo acerca do TCA. Para tanto, foram o Embaixador Rubens Ricupero (então Conselheiro) e o professor Armando Dias Mendes os responsáveis pela conferência³, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, que elucidaria a importância do Tratado. Sobre a questão da internacionalização, Armando Dias Mendes registrava que:

O professor Artur Reis tem um livro que se tornou famoso, com muitas edições já publicadas, com o título “A Amazônia e a Cobiça Internacional”. Não pretendo ressuscitar ou discutir as teses do Professor Artur Reis neste plenário, partilhando pessoalmente da convicção de que a cobiça, no sentido de uma ocupação efetiva do território, em termos imperialistas ou colonialistas, como se fez durante muito tempo em muitas partes do mundo, não teria, talvez, hoje, clima favorável. Mas isso se pode fazer de formas muito disfarçadas ou larvadas que, acredito, sejam também do conhecimento geral (MENDES, 1977: 211).

O projeto “Grande Lago do Amazonas” constituiria uma clara ideia dessas novas formas de cobiça internacional. De acordo com Dias Mendes (1977: 213), o que estava implícito nesse projeto era a compreensão de que a possibilidade de sua execução excederia demasiadamente a capacidade dos países amazônicos, implicando que sua implementação e administração deveriam ser confiadas a alguma entidade supranacional.

Finalmente, e como parte essencial, estão as motivações relacionadas às questões ecológicas para a implementação do Tratado. Ainda por circunstância da conferência na Câmara dos Deputados, conforme Rubens Ricupero (1977: 196), principal negociador do Tratado de Cooperação Amazônica, haveria desafios que exigiam a intervenção de três, quatro ou de todos os Estados da Bacia Amazônica. A criação do Comitê Intergovernamental para a Proteção e Manejo da Flora e Fauna Amazônicas, em 1975, era um exemplo, trazido pelo Embaixador, de iniciativa que tornava necessária a adesão de todos os países da região para a proteção ecológica mais ampla e para a repressão de práticas predatórias. Consoante Ricupero, quando o grupo foi constituído, o Suriname

³ Disponível em: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES). Valores e rumos do Mundo Ocidental: II Painel de Assuntos Internacionais realizado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, no período de 12 a 27 de outubro de 1977. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978.

ainda não era independente e não foi incluído. Apenas essa brecha no Comitê fez com que traficantes ilegais de peles tentassem desviar seu comércio por terras surinamesas (RICUPERO, 1977: 196).

O exemplo indica, deste modo, que certos tipos de problema, para terem uma forma eficiente de colaboração, deveriam incluir a totalidade das nações amazônicas, não sendo suficiente contar com apenas alguns Estados. Nesse sentido, sobre os problemas comuns e a participação dos países no pacto amazônico, Ricupero elucidava:

A principal característica do mecanismo há de ser a comum condição amazônica dos participantes. Estruturado, em torno da maior bacia fluvial do mundo, o sistema terá seu conteúdo definido pelos problemas comuns: a navegação dos rios amazônicos; aspectos hidrográficos da Bacia; o equilíbrio ecológico a ser preservado, não mediante a omissão e a renúncia ao progresso, mas através da ação conjugada e racional, a integração dos sistemas de telecomunicações. Uma segunda nota definidora é dada pelas questões vinculadas à soberania, de presença destacada, em razão do caráter de região por ocupar. O que se visa nesse capítulo é reservar com exclusividade às nações da área a responsabilidade pelo desenvolvimento regional. Elimina-se em definitivo a possibilidade de interferências de países de fora e inibem-se, preventivamente, novos desígnios importunos do tipo do defunto "Pacto da Hiléia" [sic] e do mais recente "Projeto dos Lagos". [...] Liquida-se, assim, o fantasma da internacionalização pela única via correta, que é a regionalização, já que a Bacia não cabe inteira dentro de soberania de um só país, nem mesmo do Brasil (RICUPERO, 1977: 197-198).

Apesar de a passagem ser de um agente histórico, essa parte da exposição na Câmara dos Deputados contribui para compreender o que esta pesquisa procura também demonstrar: a incorporação, pela política externa brasileira, das questões ambientais durante os anos 1970. Tal incorporação não foi feita subitamente, como se a política externa de Médici, recalcitrante em relação ao tema do meio ambiente na Conferência de Estocolmo e em sua fase preparatória, fosse completamente oposta à de Geisel, que agora buscava um pacto internacional que visasse ao "equilíbrio ecológico a ser preservado, não mediante a omissão e a renúncia ao progresso, mas através da ação conjugada e racional", conforme expunha o conferencista na Câmara dos Deputados.

A incorporação da pauta ambiental na política externa se dava dentro de parâmetros geopolíticos delineados pelos militares, os

quais pretendiam a manutenção do projeto de desenvolvimento e de segurança nacionais, inclusive na região amazônica, onde Ricupero assinalava, conforme a citação, que um aspecto importante do mecanismo seria as “questões vinculadas à soberania, de presença destacada, em razão do caráter de região por ocupar” (1977: 197). As linhas gerais da PEB de Geisel e Azeredo da Silveira revelavam o compromisso que a ação externa deveria ter no tocante ao crescimento econômico interno, como parte do paradigma desenvolvimentista e como se percebia nas metas do II PND, na busca por fontes alternativas de energia e na revisão de certas ênfases nas relações com as diversas regiões do mundo, e o TCA não escapava à essa lógica.

Importava, pois, que o Pacto prezasse pelo equilíbrio ecológico ao mesmo tempo que garantisse a continuidade dos projetos econômicos na região, não só do Brasil como de qualquer Estado que tivesse planos para sua porção amazônica. Foram abordadas, até o momento, questões que podem ser enquadradas como “formais” ou “oficiais” para a iniciativa amazônica por parte da diplomacia brasileira. Podem ser cunhadas “formais” pois, de certo modo, eram motivações que estavam presentes explicitamente (ou nas entrelinhas) nos documentos sobre as ideias ou negociações do Tratado.

Para retomar, eram motivações formais, portanto: aproximar-se dos países vizinhos, afastando o risco de isolamento e tornando os contatos, entre os governos da região, regulares e periódicos em vez de esporádicos, como eram; conjugar o crescimento com o equilíbrio ecológico; apartar o fantasma da internacionalização; fomentar a cooperação para a resolução de problemas e desafios comuns; ter acesso às fontes de energia e aos mercados dos países amazônicos; e ordenar com as nações da área que cabe a elas a exclusividade pelo desenvolvimento regional e pela soberania da Amazônia. Pode-se considerar que havia, entretanto, também os aspectos “não formais”, aqueles que não eram mencionados oficialmente, mas que através da análise do período e da temática podem ser considerados e inferidos.

Entre tais aspectos, salienta-se o debate ambiental internacional, que, conforme foi visto, havia entrado na pauta das relações internacionais durante o final da década de 1960 e o início dos anos 1970, especialmente por meio da Conferência de Estocolmo, a qual suscitou amplos debates e oficializou a importância do tema do meio ambiente. Para o Brasil, por um lado havia sido uma vitória conseguir a associação do meio ambiente ao

desenvolvimento, por outro, sua liderança entre os países em desenvolvimento e suas estratégias para levar os resultados da Conferência ao encontro de seus interesses legaram uma imagem negativa em alguns setores da sociedade internacional.

Acrescenta-se a isso o fato de que mais da metade da maior floresta tropical do mundo, a Amazônia, pertence ao Brasil e é responsável por contribuir em diversos processos, entre eles: a evaporação e a transpiração de florestas, que auxiliam a manter o equilíbrio climático fundamental para outras atividades, como a agricultura; o regime de chuvas em boa parte do mundo ocidental; o funcionamento das florestas como grandes armazéns de carbono; reserva de biodiversidade, representando mais da metade da diversidade biológica do planeta; entre outros (INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA - IPAM).

Warren Dean (1996: 322) afirma que os ambientalistas encarregados dos órgãos recém-criados (a SEMA⁴, Secretaria Especial do Meio Ambiente, criada em 1973, diretamente relacionada à Conferência de Estocolmo, é o principal exemplo) tiveram de persuadir membros das Forças Armadas de que era conveniente, econômica e estrategicamente, melhorar a proteção da natureza. Segundo o autor: “João José Bigarella, defensor contumaz da serra do Mar do Paraná, propôs a noção de ‘segurança ambiental’ em um curso ministrado em 1974 na Escola Superior de Guerra (ESG)” (DEAN, 1996: 322).

As ideias de segurança ambiental, conforme Simon Dalby (2008: 261), provêm de fontes diversas, tendo alguns autores especulado sobre o meio ambiente como uma questão de

⁴ A Declaração da Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano, em seu princípio 17, dispõe que: “Deve-se confiar a instituições nacionais apropriadas a tarefa de planejar, administrar ou controlar a utilização dos recursos ambientais dos Estados com vistas a melhorar a qualidade do meio ambiente” (BRASIL, 1972: 20). Após a Conferência de Estocolmo, o Ministério do Interior e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral enviaram um Memorando Interno ao Presidente Médici a fim de justificar a necessidade de se criar uma Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). A ideia era que houvesse a institucionalização de uma autoridade central para a preservação do meio ambiente sem prejuízo da utilização racional dos recursos naturais. A SEMA foi coordenada, em seus primeiros doze anos, por Paulo Nogueira Neto, que também fundaria o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em 1981. Em 1982, em entrevista para a Revista Interior, periódico do Ministério do Interior, Paulo Nogueira Neto apontaria que quando a SEMA começou (no final de 1973), a Secretaria tinha duas salas e três funcionários, mas que aos poucos foi crescendo, tendo sido o salto decisivo realmente em 1981, quando da Lei Federal nº 6.938/81, que dispôs sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, sobre o Sistema Nacional do Meio Ambiente e sobre o CONAMA (SILVEIRA, 2015: 4-15).

segurança já na década de 1970. De maneira geral, as conceituações de segurança coincidem na ideia de que a segurança consiste em minimizar a ameaça ou na capacidade de confrontá-la (CANO, 1998: 13). Uma possível abordagem da segurança ambiental, no contexto brasileiro do período, poderia estar mais ligada ao impacto político e estratégico das questões ambientais (erosão do solo, esgotamento ou poluição dos recursos hídricos, disseminação de doenças, etc.) para a continuidade dos planos nacionais de desenvolvimento.

A julgar pelas atribuições da SEMA, que teria “a função de atuar nos campos da pesquisa, planejamento, coordenação e de assessoramento, com vistas ao combate à poluição ambiental, em especial dos recursos hídricos” (SILVEIRA, 2015: 4), e pelo fato de que a legislação não atribuiu poderes de decisão ou instrumentos para fiscalização do cumprimento das normas definidas a partir das pesquisas realizadas pela Secretaria, depreende-se que o órgão carecia de autonomia em sua atuação (SILVEIRA, 2015: 8-9).

Assim, os estudos sobre os ecossistemas e recursos hídricos como ações prioritárias definidas para a pesquisa por parte da SEMA confluíam adequadamente com os interesses do Governo em viabilizar a ocupação produtiva do território. Jéssica Garcia da Silveira resume a questão da “segurança ambiental” e a sujeição da atuação da Secretaria ao andamento das atividades estabelecidas para os planos de desenvolvimento do país da seguinte forma:

Criada como um órgão subordinado, a SEMA não tinha um orçamento próprio, dependia de transferências de dotações orçamentárias de outros órgãos da administração federal, contribuições e doações, ou rendas eventuais advindas de operações realizadas pela Secretaria (BRASIL, 1973). A expectativa de continuidade do desenvolvimento econômico nacional esteve associada à necessidade de direcionar o controle e gestão dos recursos naturais às prioridades econômicas. Sendo assim, a proteção ambiental foi estabelecida pelo Governo como uma questão estratégica para o desenvolvimento nacional. É entendido, portanto, que a partir dessa necessidade se estabeleceu uma relação direta entre a SEMA e a política estratégica de desenvolvimento dos anos de 1970, voltada principalmente para o desenvolvimento urbano das “novas áreas” (SILVEIRA, 2015: 10).

As conhecidas posições internacionais do Brasil de que o meio ambiente não deveria ser um entrave ao desenvolvimento somadas aos planos de ocupação e integração da Amazônia,

procurando tornar a região produtiva através da atração de empreendimentos nacionais e estrangeiros, geravam críticas internacionais que eram acompanhadas de perto pelo Estado brasileiro. As reprovações ou oposições internas podiam ser reprimidas ou censuradas, as internacionais, não, por isso poderiam ser preocupantes para a imagem do país. As críticas à gestão do território e às questões ambientais eram atentamente observadas, como revelam os documentos dos fundos do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), especialmente em quatro fundos: Conselho de Segurança Nacional (CSN), Serviço Nacional de Informações (SNI), Centro de Informações do Exterior (CIEX) e Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI-MRE).

Uma das formas de o noticiário na imprensa estrangeira referente ao tema ser recebido pelos serviços de informação era por meio de telegramas das representações brasileiras no exterior. A título de exemplo, na edição de 24 de agosto de 1974 do jornal alemão *KölnerStadt-Anzeiger*, publicava-se artigo intitulado *O inferno verde está se tornando uma região árida*, em que severas críticas eram feitas aos planos de colonização do Brasil. Na publicação, afirmava-se que o movimento feito pelos governos brasileiros poderia ocasionar uma das crises ecológicas mais graves até então, e que pesquisas indicavam que em torno de 80% dos solos da região seriam pobres em substâncias nutritivas. A matéria trazia, ainda, a informação de que toda a estrutura do solo se modificava a partir do desbaste da floresta tropical, e que esse solo, antes molhado pelas chuvas, tornava-se uma crosta superaquecida e dura “como pedra”, inviabilizando cultivos quando a intenção era desmatar para dar lugar à produção agrícola (DSI-MRE, 1974: 82-85).

No âmbito regional, tais publicações também ocorriam, como o artigo *Reducción de la selva amazónica*, publicado no jornal *Ultima Hora*, da Bolívia, e a publicação *Com torrentes de dinero y absoluta impunidad para el genocidio pretenden colonizar la Amazonia*, do jornal argentino *La Opinion*, ambas as publicações de 1974. A primeira matéria aborda a redução da floresta, nos últimos dez anos, devido à exploração indiscriminada e aos incêndios florestais para dar lugar à pecuária. A segunda, por sua vez, discorria em torno das denúncias sobre os métodos de colonização do gigantesco e polêmico projeto Jari, do estadunidense Daniel Ludwig (DSI-MRE, 1974: 93-95).

Documentar o que se falava do Brasil no exterior não constituía algo novo, por conseguinte, a novidade não estava nesta

documentação, que integrava certa parte de um serviço de inteligência pelos diferentes órgãos, mas no conteúdo, o qual tinha a junção dos planos para a Amazônia e a ascensão das questões ambientais a nível internacional como objeto de crítica ao Brasil. O TCA, deste modo, pode ter tido esse cenário também como motivação, no sentido de melhorar a imagem do país no exterior por meio da inclusão da pauta ambiental em sua política externa, mesmo que dentro de um projeto geopolítico de segurança e desenvolvimento.

Um ponto relacionado às questões ambientais e à internacionalização é a citação que Paulo Henrique Faria Nunes reproduz do livro de Julio Portillo, *Venezuela-Brasil: relaciones diplomáticas (1842-1982)*:

Começaremos dizendo que o que motivou os brasileiros a levarem adiante todo tipo de ação para finalmente conseguir a assinatura do Tratado foi o conhecimento de que universidades norte-americanas e conselheiros do governo dos Estados Unidos estavam elaborando, desde 1976, um projeto para ser apresentado nas Nações Unidas, o qual tinha como finalidade colocar a região amazônica sob a proteção da ONU. Falava-se que por ser um território tão importante para o futuro da humanidade, havia a necessidade de prevenir causas ecológicas que colocariam em perigo o que deveria pertencer a todo o mundo e não a um determinado país. Era evidente que o Brasil, que na Amazônia tem sete milhões de quilômetros quadrados, reagiria imediatamente. O Tratado de Cooperação Amazônica foi a resposta brasileira às pretensões disfarçadas dos Estados Unidos (PORTILLO, 1983, p. 219-220, citado por NUNES, 2015: 167, tradução nossa).⁵

Todavia, tal informação não foi confirmada por nenhum outro documento pesquisado, tanto em relação ao teor da pressão quanto

⁵ Originalmente, em espanhol: Comenzaremos por decir que lo que impulsó a los brasileños a llevara delante todo tipo de acciones para conseguir finalmente la firma del Tratado, fue el conocimiento de que Universidades norteamericanas y consejeros del gobierno de los Estados Unidos se encontraban elaborando desde 1976 un proyecto para ser presentado en las Naciones Unidas, teniendo como finalidad colocar bajo laprotección de la ONU laregióndel Amazonas. Se hablaba que por ser unterritiotan importante para el futuro de la humanidad, había la necesidad de prevenir causas ecológicas que pusieran em peligro esto que debía pertenecer a todo el mundo y no a un determinado país. Era evidente que el Brasil, quienenel Amazonas tiene si e temillones de kilómetros cuadrados reaccionara inmediatamente. El Tratado de Cooperación Amazónica fue la respuesta brasileña a las pretensiones disfrazadas de los Estados Unidos.

a sua oficialização perante a ONU. Essa forma de pressão estaria inserida no rol de motivações destinadas a afastar o espectro da internacionalização, porém, agora, por razões ecológicas. Conforme já referido, a única menção que poderia deixar mais “vaga” a compreensão da questão é quando o conferencista Armando Dias Mendes, na Câmara dos Deputados, afirma acreditar que, à época, ameaças de uma ocupação efetiva do território, em termos colonialistas ou imperialistas, não teriam mais, talvez, um clima favorável, mas que: “isso se pode fazer de formas muito disfarçadas ou larvadas que, acredito, sejam também do conhecimento geral” (MENDES, 1977: 211). Na sequência, contudo, o professor explicita todas as ideias de internacionalização as quais se refere, mas que não incluem algum projeto dos EUA de colocar a região sob proteção da ONU.

Em relação aos Estados Unidos, algo que se encontra nos documentos do SIAN são, por exemplo, envios a diversas embaixadas brasileiras de panfletos intitulados *Amazônia, Nova Colônia Americana*, de 1972, publicados e distribuídos pelo chamado Front Brésilien d'Information, que tinha sede em Argel, na Argélia. Os panfletos distribuídos em vários países (dada a quantidade de embaixadas que reportaram tê-los recebido) continham, na capa, o mapa do Brasil dividido em duas partes, com a região amazônica ocupada pelos nomes de numerosas companhias internacionais⁶ (DSI-MRE, 1972: 192). O panfleto era, então, uma crítica à atração de empresas para a região através dos diversos incentivos federais. Essas formas de denúncia internacional se assemelhavam às que eram feitas sobre os direitos humanos e tinham como objetivo o protesto contra a ditadura brasileira.

Ademais, o governo norte-americano tinha pleno conhecimento dos processos que se davam na Amazônia, e estudos sobre a região eram elaborados pela Central Intelligence Agency (CIA), como o relatório de inteligência intitulado *Amazonian Brazil: Environmental Challenge to Regional Development* (Amazônia brasileira: desafio ambiental ao desenvolvimento regional), de 1972,

⁶ Sobre as companhias internacionais, em 1975 seria realizada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o comportamento e as influências das empresas multinacionais e do capital estrangeiro no Brasil (CPI das Multinacionais), tendo sido citados empreendimentos localizados na Amazônia. O relatório da CPI está disponível em:

<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76089314/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76089314_an_01_d0001de0001.pdf>. Acesso em 06 dez. 2020.

em que eram abordados os planos para a região, o funcionamento de órgãos como a SUDAM, a transformação da floresta tropical em pastagem, a construção de estradas, a qualidade do solo para agricultura, entre outras questões (CIA, 1972).

Neste documento específico não havia críticas ambientais, e o interesse do relatório parecia ser mais em torno de discutir a capacidade do Brasil em colocar em prática o Plano de Integração Nacional e demais projetos previstos para a Amazônia. Convém recordar, ainda, que até a subida de Jimmy Carter ao poder, em janeiro de 1977, quem dominava as relações internacionais dos Estados Unidos era Henry Kissinger, quando as relações políticas fluíam com certa facilidade devido ao pragmatismo de ambos os lados. Sendo assim, esse seria mais um pretexto para que em 1976 não houvesse alguma formulação oficial por parte dos norte-americanos à ONU em relação à Amazônia.

Desta forma, finaliza-se o objeto das motivações concluindo que havia razões mais “oficiais” ou “formais” para a política externa brasileira negociar e firmar o Tratado de Cooperação Amazônica, e motivações que poderiam ser chamadas de “informais” ou “não oficiais”. Entre as primeiras estavam: o afastamento das ideias de internacionalização da região por meio da aproximação entre os vizinhos, e com isso, também, o fomento à aproximação entre esses países para desarmar a ideia de país com pretensões hegemônicas e estimular trocas comerciais e projetos de exploração e complementação energética; conciliar o crescimento brasileiro com o equilíbrio do ecossistema amazônico; incentivar a resolução conjunta de problemas comuns entre as nações da área; e manter a soberania de cada Estado sobre seu projeto de desenvolvimento.

Por fim, como aspectos não oficiais para tratar do meio ambiente no TCA podem ser destacados: a melhora da imagem do Brasil no exterior; a maior força das ideias ambientalistas nacional e internacionalmente; alguma noção incipiente sobre “segurança ambiental”; as críticas que o país recebia e que poderiam colocar em xeque sua capacidade de gerir o território; e a necessidade de uma posição mais arejada sobre os novos temas das relações internacionais em um país que afirmava iniciar sua abertura para a democracia.

Considerações Finais

A partir de constatações dos militares e de analistas da geopolítica nacional sobre aspectos como as iniciativas de

internacionalização da Amazônia, a riqueza de elementos naturais da região, a suscetibilidade do canto noroeste do subcontinente a influências extracontinentais e a alternativa de a região contrabalançar a atração das comunicações argentinas no Prata, a estratégia de segurança do território brasileiro abrangia a necessidade de se ocupar os espaços vazios a fim de articular e integrar todas as regiões, o que implicava a ocupação da Amazônia e do centro-oeste do Brasil. Por esses motivos, os processos de colonização do território amazônico e os grandes incentivos para atrair empresas, o setor agropecuário e os mais diversos empreendimentos para a região, tudo sob a égide do desenvolvimento, tinham como pano de fundo as concepções geopolíticas dos militares.

Quando da ascensão da questão ambiental em âmbito internacional, com a Conferência de Estocolmo em 1972, fazia parte das considerações da política externa a continuidade dos planos e projetos para a região amazônica, além do fato mais evidente de que o impacto do surgimento de um tema como esse nas relações internacionais para um país detentor da maior porção de uma região como a Amazônia era muito maior do que para um Estado escasso em “recursos”, por isso a relevância em compreender como o Brasil se posicionaria e em identificar o importante papel que cumpria o princípio da soberania, sempre invocado pela política externa brasileira e muito presente no Tratado de Cooperação Amazônica. O TCA assim refletia os interesses regionais e, especialmente, os do Brasil, ao unir diversas demandas em um mesmo acordo. O Brasil incorporava a pauta ambiental em sua agenda externa e concomitantemente atendia a outras querelas que as conjunturas doméstica e internacional apresentavam.

Por tais questões conjunturais a serem atendidas, o artigo destacou os seguintes pontos como motivações para que a política exterior do Brasil negociasse a iniciativa: o ajuste e a orientação, junto aos Estados amazônicos, de que somente a eles caberia a soberania sobre a região e a soberania sobre os processos de desenvolvimento e o equilíbrio ecológico em seus territórios correspondentes; a melhora da imagem do país, que era visto como ator negligente em relação às riquezas naturais que possuía, e uma atuação mais alinhada aos rumos democráticos pregados pelo discurso governamental; aproximar-se dos países do norte da América do Sul, o que o Brasil julgava ser uma de suas prioridades para incrementar o comércio internacional em um período de protecionismo dos países desenvolvidos, para evitar o isolamento regional e para garantir fontes de energia necessárias às

suas metas de desenvolvimento; afastar as ideias de internacionalização da região que poderiam surgir sob novos pretextos; e a resolução de problemas comuns à região por meio da institucionalização da cooperação.

Referências

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES). **Valores e rumos do Mundo Ocidental**: II Painel de Assuntos Internacionais realizado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, no período de 12 a 27 de outubro de 1977. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978.

BRASIL. **Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente**. v. II, Estocolmo, 1972. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/estocolmo_72_Volume_II.pdf. Acesso em: 04jan. 2021.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 178-213, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a07.pdf>. Acesso em: 04jan. 2021.

CANO, Javier Sánchez. De la seguridad compartida a la seguridad ecológica. **Revista Ecología Política**, Barcelona, v. 15, p. 11-30, 1998. Disponível em: https://www.ecologiapolitica.info/novaweb2/wp-content/uploads/2019/10/015_Sanchez_1998.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **AmazonianBrazil**: Environmental challenge to regional development. Intelligence Report, jun. 1972.

DALBY, Simon. Environmental change. In: WILLIAMS, Paul D (Org.). **Security studies**: na introduction. Abingdon: Routledge, 2008.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DSI-MRE. **Amazônia. Noticiário na imprensa internacional**. Sistema de Informações do Arquivo Nacional, Pesquisa Digital, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores - BR_DFANBSB_Z4, Documento: BR_DFANBSB_Z4_SNA_AMZ_0003_d0001de0001.pdf, p. 93-95, 05 out. 1974. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/sna/amz/003/br_dfanbsb_z4_sna_amz_0003_d0001de0001.pdf. Acesso em: 04jan. 2021.

DSI-MRE. **Panfleto do “Front Brasileiro de Informações” (F.B.I.)**,

publicado em Argel. Sistema de Informações do Arquivo Nacional, Pesquisa Digital, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores - BR_DFANBSB_Z4, Documento: BR_DFANBSB_Z4_DPN_ENI_0086_d0001de0001.pdf, p. 186-193, nov. 1972. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/dpn/eni/0_086/br_dfanbsb_z4_dpn_eni_0086_d0001de0001.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.

INTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA – IPAM. **A importância das florestas em pé na Amazônia.** Educação, Cartilhas. Belém, [201-]. Disponível em: <https://ipam.org.br/cartilhas-ipam/a-importancia-das-florestas-em-pe/>. Acesso em: 04jan. 2021.

MENDES, Armando Dias. Cooperação regional na Amazônia. In: BRASIL. Câmara dos Deputados (Comissão de Relações Exteriores). **Valores e rumos do Mundo Ocidental: II Painel de Assuntos Internacionais** realizado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, no período de 12 a 27 de outubro de 1977. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978. p. 207-215.

NUNES, Paulo Henrique Faria. Internacionalização da Amazônia: Agentes e perspectivas. **Textos e Debates**, Boa vista, n. 27, v. 1, p. 161-176, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/2845/1639>. Acesso em: 04jan. 2021.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2005.

PEREIRA, Ana Lúcia Danilevicz. **Relações exteriores do Brasil III (1964-1990):** Do Regime Militar à “Nova República”. Petrópolis: Vozes, 2010.

RICUPERO, Rubens. Cooperação regional na Amazônia. In: BRASIL. Câmara dos Deputados (Comissão de Relações Exteriores). **Valores e rumos do Mundo Ocidental: II Painel de Assuntos Internacionais** realizado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, no período de 12 a 27 de outubro de 1977. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978. p. 191-201.

SILVEIRA, Antonio Francisco Azeredo da. Depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc/FGV). [1979-1982]. In: SPEKTOR, Matias (Org.). **Azeredo da Silveira:** um depoimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SILVEIRA, Antonio Francisco Azeredo da. O Brasil em face da América Latina. In: MRE. **Resenha de política exterior do Brasil.** jul./set. 1975, p. 7-13. Disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_6_jul_ago_set_1975.pdf. Acesso em: 04jan. 2021.

SILVEIRA, Jéssica Garcia da. Entre o desenvolvimento econômico e os debates sobre meio ambiente: a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e a política estratégica de proteção ambiental no Brasil (1973-1981). **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História (Anpuh)**, Florianópolis, jul. 2015. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945023_a32ab770b22487aaa87dcbe9d85f6a03.pdf. Acesso em: 04jan. 2021.

_____. **Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)**. Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 03 jul. 1978. Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 69, de 18 out. 1978 (D.O. de 19 out. 1978. Retificado no D.O de 09 nov. 1978). Instrumento de Ratificação depositado no Itamaraty a 18 dez. 1978.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Recebido em 05/01/2021
Aprovado em 22/02/2021